



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO Nº. 19.000/2012

APENSO: Nº. 097.001.354/2012 (02 volumes)

PARECER Nº. 764/2015–DA

EMENTA: Tomada de Contas Especial. Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô-DF. Apuração de possível prejuízo decorrente da ausência de comprovação dos quantitativos e custos unitários em contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação e de fornecimento e instalação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica. Ausência de elementos e documentos capazes de afastar a ocorrência de prejuízo. Apresentação de novos documentos. Reinstrução. Documentação apresentada insuficiente para esclarecer as dúvidas levantadas pelo Órgão de Controle Interno. Pelo encaminhamento dos autos à atual Controladoria Geral do Distrito Federal para as manifestações de alçada.

Retornam ao Ministério Público de Contas os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar eventuais danos causados ao erário decorrentes da ausência de comprovação dos quantitativos e custos unitários nas contratações realizadas pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô-DF para prestação de serviços, fornecimento e instalação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE (Processo n.º 097.001.389/2008 – **TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.**) e para prestação de serviços de limpeza e conservação (Processo n.º 097.001.077/2009 – **Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.**).

2. Em que pese a então Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal – STC/DF, por meio do Relatório de Auditoria n.º 05/2012-DIMAT/CONIE/CONT/STC (Processo TCDF n.º 8.090/11 – PCA Metrô 2010), apontar ausência de quantitativos e custos unitários (Item 3.7), as apurações realizadas pela Comissão de Tomada de Contas Especial concluíram pela inexistência de prejuízos, por considerar que os documentos constitutivos dos autos (fls. 03/08 e 281/284-Apenso) afastam as questões suscitadas pelo Órgão de Controle Interno, conforme indicado no Relatório n.º 001/2012–IS (fls. 288/293-Apenso), posicionamento ratificado pela Auditoria Interna do Metrô-DF, via Parecer n.º 014/2013-AUD/PRE (fls. 303/305-Apenso), e acolhido pela Unidade Técnica, nos termos da Informação n.º 174/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 23/28), que considerou regular o encerramento da presente TCE por ausência de prejuízo, com fulcro no inciso III do artigo 13 da Resolução n.º. 102/98.

3. Em face das constatações consignadas no citado Relatório de Auditoria e tendo em conta o procedimento apuratório decorrer de recomendação do próprio Órgão de Controle Interno, este representante ministerial manifestou entendimento no sentido de que seria prudente o encaminhamento dos autos à STC/DF para que aquela unidade elaborasse competente Relatório/Certificado de Auditoria quanto à presente TCE, conforme exposto no Parecer n.º 904/2014-DA (fls. 29/41).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

4. Posteriormente, o Ministério Público de Contas solicitou ao Metrô/DF, por meio do Ofício n.º 323/2014-MPC/PG (fl. 44), cópia dos Processos n.º 097.001.389/2008 e n.º 097.001.077/2009 para subsidiar análise de conformidade entre os valores contratados e os praticados no mercado, convalidando, assim, eventual composição de quantitativos e custos unitários porventura estabelecidos.

5. Em resposta, o Metrô/DF, mediante Ofício n.º 457/2014-PRE e respectivos anexos (fls. 45/143), encaminhou ao Tribunal, além das mídias eletrônicas referentes aos Processos n.º 097.001.389/2008 e n.º 097.001.077/2009 (fl. 46v), cópia da Nota Técnica n.º 05/2014 (fls. 47/50) e do Processo n.º 097.001.456/2012 (fls. 51/143), que trata de sindicância instaurada para elucidar fatos e apurar responsabilidades concernentes ao contrato celebrado pelo Metrô/DF com a empresa **TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.**, o mesmo objeto do Processo n.º 097.001.389/2008.

6. Ao examinar a documentação remetida à Corte de Contas, a Unidade Técnica concluiu que os documentos não trazem elementos capazes de modificar as análises anteriormente realizadas, razão pela qual reiterou as sugestões formuladas na Informação n.º 174/2014 (fl. 28), sem embargo de registrar, ainda, que a sindicância tratada no Processo n.º 097.001.456/2012 foi arquivada com fundamento nos artigos 210 e 215 da Lei Complementar n.º 840/2011¹, conforme ata de reunião da Comissão de Sindicância (fls. 146/147).

7. Ato contínuo, rebateu os argumentos contidos no Parecer n.º 904/2014-DA (fls. 29/41), mantendo, em apertada síntese, entendimento no sentido do encerramento da presente TCE por ausência de prejuízo e, por consequência, afastou a necessidade de remessa dos autos ao Órgão de Controle Interno para eventuais manifestações.

8. Isso posto, consolidou suas análises e considerações nas sugestões vistas às fls. 167/168.

9. Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação (fl. 169), passo a examinar o mérito da documentação apresentada pelo Metrô/DF (fls. 45/143) e seus reflexos no presente feito.

10. Não é demais reiterar que o procedimento apuratório em exame decorre de recomendação formulada pela então Controladoria-Geral da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, devido às constatações constantes do **Item 3.7** –

¹ **Lei Complementar n.º 840/11:** “Art. 210. Fica isento de sanção disciplinar o servidor cuja conduta funcional, classificada como erro de procedimento, seja caracterizada, cumulativamente, pela:

I – ausência de dolo;

II – eventualidade do erro;

III – ofensa íntima aos bens jurídicos tutelados;

IV – prejuízo moral irrelevante;

V – reparação de eventual prejuízo material antes de se instaurar sindicância ou processo disciplinar.

(...)

Art. 215. Da sindicância pode resultar:

I – o arquivamento do processo;

II – instauração de processo disciplinar”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Ausência de quantitativos e custos unitários, conforme indicado no Relatório de Auditoria n.º 05/2012-DIMAT/CONIE/CONT/STC:

- a) *Na fase de infraestrutura, o relatório de ajuste de concepção e modelagem de dados contempla os layouts de TI, construção civil, elétrica e lógica, conforme verificado no **Processo n.º 097.001.389/2008**, no entanto, não são descritos os quantitativos necessários e respectivos custos unitários, a exemplo do cabeamento e canaletas, tomadas elétricas e de dados, eletrocalhas, planilhas dos custos das obras de estrutura e adaptação o que também não foi detalhado nos respectivos processos de pagamento, contrariando os arts. 7º, §2º, inciso II, e 40, §2º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993.*
- b) *Fato semelhante ocorreu na análise do Anexo VII do Edital n.º 02/2009 – **Processo n.º 097.001.077/2009**, que contempla a relação de equipamentos/utensílios, materiais de limpeza e EPI – Equipamentos de Proteção Individual, contendo a periodicidade de reposição. No entanto, não abrange o quantitativo de tais produtos e nem a projeção de gastos que justificassem os valores inseridos nas planilhas de custo, sem deixar de mencionar que o provisionamento também abarcou as categorias profissionais de auxiliar de encarregado e recepcionista. A ausência de composição e detalhamento dos custos unitários dos materiais/utensílios e equipamentos inviabiliza a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, já que contraria literalmente o disposto no §2º, inciso II do art. 7º c/c §2º, inciso II do art. 40, da Lei 8.666/93. (grifei) (fl. 22 do Relatório de Auditoria n.º 05/2012-DIMAT/CONIE/CONT/STC).*

Do Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE (Processo n.º 097.001.389/2008)

11. A contratação de serviços e fornecimento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) pelo Metrô/DF se deu por meio da Concorrência n.º 006/2008, examinada no Processo n.º 39.314/08, oportunidade em que o Tribunal determinou à Companhia procedesse a diversas correções no edital (Decisão Liminar n.º 206/2009–P/AT, referendada pela Decisão n.º 296/2009).
12. O Tribunal examinou, ainda, denúncia formulada pela empresa **Tacom Engenharia e Projetos Ltda.** relativa à Concorrência n.º 06/2008–Metrô/DF, objeto do Processo n.º 4.264/09, determinando que a Companhia não efetuasse a integração do SBE e do SBA (Sistema de Bilhetagem Automática) sem que a Câmara de Compensação de Receitas e Créditos – CCRC estivesse em pleno funcionamento, devendo implementar apenas a integração instituída no Decreto n.º 30.011/09 (Serviços Básicos operados por micro-ônibus da TCB com o Metrô/DF); além de determinar alteração no Capítulo 24 do referido edital, de modo a assegurar ao contratante o direito de livre acesso, a qualquer tempo, ao código-fonte do software utilizado no SBE (Decisão n.º 5.402/2009).
13. As determinações em comento foram efetivamente adotadas pelo Metrô/DF, conforme reconhecido pelo Tribunal na Decisão n.º 7.457/2009.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

14. As análises realizadas no edital da Concorrência n.º 006/2008 não constatarem falhas concernentes à inexistência de quantitativos ou planilhas de custos unitários dos equipamentos e materiais referentes às obras de infraestrutura e adaptação das instalações do Metrô/DF ao SBE, sendo os Processos n.º 39.314/08 e n.º 4.264/09 arquivados, respectivamente, pela Decisão Liminar n.º 206/2009–P/AT, referendada pela Decisão n.º 296/2009, e pela Decisão n.º 5.223/2012.

15. Entretanto, cumpre ressaltar que o exame realizado pelo Tribunal se limitou à análise formal dos documentos elaborados para subsidiar o procedimento licitatório, verificando a aderência do edital e do Termo de Referência à legislação aplicável à matéria e, apesar de não serem identificadas transgressões, foram constatadas discrepâncias entre os quantitativos de pessoal e equipamentos previstos para a execução do SBE, assim como apontado no Relatório de Auditoria n.º 05/2012-DIMAT/CONIE/CONT/STC, oportunidade em que o Órgão de Controle Interno recomendou a instauração de TCE para apuração de eventuais prejuízos na contratação da empresa **TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.**

16. Embora os trabalhos apuratórios tenham constatado a existência de quantitativos dos equipamentos necessários à implantação do SBE e a realização de pesquisa de preços junto a empresas fornecedoras desses equipamentos (**TACOM; DATAPROM; APB PRODATA; TRANSDATA e DIGICOM**), questões essenciais não foram devidamente examinadas, tais como a inexistência de metodologia para composição do valor global do certame, bem assim de detalhamento dos quantitativos e respectivos custos unitários dos insumos necessários à infraestrutura e instalação dos equipamentos do SBE – *cabeamento, canaletas, tomadas elétricas e de dados, eletrocalhas*, etc. – e de planilhas de custos das obras para estruturação e adaptação dos espaços do Metrô/DF para receber o sistema contratado.

17. Conforme externado no Parecer n.º 904/2014-DA (fls. 29/41), inaceitável que a definição de quantitativos e custos unitários dos equipamentos de instalação do SBE nas diversas estações do Metrô/DF fosse realizada com base em **visita técnica** das empresas interessadas antes de a Companhia realizar estudos e levantamentos internos para estimar todos os insumos e produtos demandados para compor documento técnico e subsidiar a apresentação de propostas.

18. Indispensável que o Metrô/DF, previamente, elaborasse levantamento dos materiais para orientar a visita das empresas interessadas, definindo a especificação e o detalhamento claro e objetivo de todos os aspectos envolvidos na instalação do SBE (espaços físicos, itens, produtos, metragens, padrões técnicos, tipos de materiais, etc.), oportunizando, assim, que eventuais licitantes tivessem acesso às mesmas informações nas visitas técnicas, garantindo, por consequência, isonomia entre as concorrentes.

19. Além disso, a vistoria deveria resultar em laudos, relatórios, atestados, ou outros documentos técnicos capazes de comprovar a realização das visitas, devidamente assinados por responsáveis indicados pelo Metrô/DF para acompanhamento das vistorias porventura efetuadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

20. As peças processuais inicialmente carreadas aos autos não demonstraram a disponibilização prévia de documentos e informações necessárias a orientar vistoria técnica ou subsidiar a apresentação de propostas equânimes de custos pelas empresas interessadas no certame, impossibilitando a confrontação dos preços de referência adotados pelo Metrô/DF com os valores efetivamente propostos pelas licitantes e com os valores praticados pelo mercado.

21. Tal ausência ensejou sugestão ministerial no sentido de que os autos fossem remetidos ao Órgão de Controle Interno, unidade que recomendou a instauração da presente TCE, para análise e elaboração de Relatório/Certificado de Auditoria, manifestando-se acerca da regularidade e compatibilidade dos valores contratados pelo Metrô/DF junto à empresa **TACOM Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.** no Contrato n.º 01/2008.

22. Todavia, cumpre observar que os documentos trazidos aos autos em atenção ao Ofício n.º 323/2014-MPC/PG (fl. 44), da lavra deste representante ministerial, esclarecem as questões inicialmente suscitadas, conforme veremos a seguir.

23. A Nota Técnica produzida pelo Metrô/DF (fls. 47/50) explicita a metodologia adotada pela Companhia para a estimativa do valor global da contratação, revelando que o preço constante do Termo de Referência foi obtido com base em pesquisa de preços realizada junto a 7 (sete) fornecedores de sistemas de bilhetagem homologadas pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal – **APB Prodata Ltda.; Dataprom Equipamentos e Serviços de Informática Industrial Ltda.; Digicon S/A Controle Eletrônico para Mecânica; Empresa 1 Sistemas de Automação e Comércio Ltda.; Fujitec/Consys Consórcio Inteligente; Tacom Engenharia e Projetos Ltda.; e Transdata Indústria e Serviços de Automação Ltda.** (fls. 68/111), conforme Ofício Circular n.º 06/2005-GAB/ST (cópia à fl. 58).

24. A referida Nota Técnica informa, ainda, que a empresa contratada seria responsável pelo “(...) *fornecimento do conjunto de equipamentos necessários ao pleno funcionamento do sistema*” (fl. 48), em observância ao disposto no **subitem 4.5 – Fornecimento e Instalação do SBE** do citado Termo de Referência (fl. 204 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte II – Volume I).

25. Observa-se que os estudos relativos à definição dos quantitativos de equipamentos e materiais envolvidos na implantação do SBE foram realizados pelo Departamento de Administração do Metrô/DF, conforme se verifica no Termo de Referência carreado aos autos (fls. 193/293 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte II – Volume I), tendo por base o levantamento da disponibilidade dos equipamentos existentes, consolidado nas tabelas do **subitem 7.6 – Quantitativo Mínimo de Equipamentos Disponíveis** (fls. 240/243 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte II – Volume I).

26. Assim, para a implantação do SBE, a contratada deveria seguir as estimativas definidas na Tabela de Postos de Venda do SBE e na Tabela de Quantitativos de Equipamentos por Estação (fls. 268/269 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte II – Volume I), prevendo distribuição equânime de equipamentos por Estação e Sala de Gestão da Bilhetagem, incluindo equipamentos reservas, formulada com base no quantitativo do antigo sistema de bilhetagem (Sistema de Controle de Arrecadação e Fluxo de Passagens –



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

SCAP) e no volume e expectativas de vendas das atuais e das futuras Estações, previstas para as Etapas 2 a 5 do projeto.

27. A Nota Técnica n.º 05/2014 indica que a Planilha de Cotação de Preços encaminhada às empresas foi padronizada, sendo constituída de 4 (quatro) fases – Atual, Fase 1, Fase 2 e Fase 3, cada uma contendo detalhamento dos Produtos (validadores, totens, bloqueadores, leitoras de cartão, servidores, etc.); Serviços (Projeto Executivo, instalação de equipamentos, implantação do SBE, treinamento, etc.); Licenças de Software (gerenciamento, vendas, estações, comunicação, etc.); Data Center (link, hospedagem, etc.); Manutenção e Correção de Falhas (equipamentos, software, aplicativos, data center, etc.), para atender a todas as estações do Metrô/DF, em conformidade com a respectiva fase de implantação (fls. 78/81, 84/87, 96/99, 101/104, 108/111).

28. No tocante ao custo dos profissionais envolvidos no SBE (bilheteiro, supervisor e atendente), diurno e noturno, observa-se a adoção dos valores indicados para Operador de Caixa coletado no Banco Nacional de Empregos para a região do Distrito Federal (fls. 61/62), porquanto adequados aos serviços previstos no sistema, posteriormente consolidados nas Planilhas de Custos para cada operação e etapa do projeto de implantação (fls. 123/126 e 129/143).

29. Ao examinar a documentação constante da mídia eletrônica relativa ao SBE (CD TACOM do envelope de fl. 46v), observamos que o **Anexo I-A – Implementação do SBE**, no **item 13 – Critérios para Infraestrutura de Telecomunicações do SBE** (fls. 45/46 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I), apresenta as características, requisitos técnicos e materiais necessários às intervenções nas instalações do Metrô/DF para instalação da rede de dados e de energia elétrica, estabelecendo, para as 21 (vinte e uma) Estações em operação, no tocante às tubulações de cabeamento expostas sobre forro, a construção/ampliação de infraestrutura com tubos, eletrocalhas, condutes, curvas e acessórios em ferro galvanizado; e quanto às tubulações embutidas em parede, a construção/ampliação com componentes de PVC rígido, conforme levantamento consolidado na Tabela 1 – Infraestrutura de Lógica e Energia (fls. 47/48 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I) e em conformidade com o quantitativo de equipamentos destinados a cada Estação (fls. 58/61 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I).

30. O **item 13** estabelece, também, que, para as Estações em Construção (Etapas 2 a 5), a infraestrutura de cabos necessária ao SBE, compreendendo tubulações, canaletas, eletrocalhas, caixas de saída e de passagem, etc., deverá ser fornecida pelo Metrô/DF (**subitem 13.5 – Estações em Construção – Etapas 2 a 5**; fl. 46 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I).

31. Por sua vez, o **subitem 5.4 – Do Fornecimento e Instalações do SBE** do Termo de Referência (fl. 83 do Processo n.º 097.001.389/2008), dispõe que “*A Contratada deverá fornecer o conjunto de equipamentos necessários para o pleno funcionamento do SBE, conforme especificações técnicas mínimas e condições descritas no ANEXO I-B e as estimativas das quantidades de equipamentos, postos de vendas e postos de cadastramento necessários para funcionamento do SBE, nas suas diversas etapas, constantes do ANEXO I-G – Do Quantitativo de Equipamentos para o SBE* (fl. 97 do Processo n.º 097.001.389/2008 –



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

CD TACOM – Parte I – Volume I) e *ANEXO I-E – Dos Serviços de Operação dos Postos de Vendas e Postos de Cadastramento do SBE*”, conforme informado na Nota Técnica n.º 05/2014.

32. Ressalte-se que o Termo de Referência estabelece, dentre as atividades de implementação do SBE, etapa de recebimento e testes de aceitação do SBE (**subitem 5.3.4 – Do Recebimento e Testes de Aceitação do SBE**; fl. 83 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I), especificando os critérios para recebimento provisório e definitivo de cada fase do projeto nas Estações, com avaliações de infraestrutura e de operação, conforme descrito no **Anexo I-C – Do Recebimento e dos Testes de Aceitação** (fls. 49/52 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume I).

33. Conforme se verifica no Termo de Recebimento apresentado pela empresa **Tacom Engenharia e Projetos Ltda.**, vencedora da Concorrência n.º 006/2008, a contratada desenvolveu atividades de construção e instalação de infraestrutura para suportar os equipamentos do SBE, relacionados por Estação, envolvendo 1) *Cabeamento de Dados Lógicos*; e 2) *Infraestrutura Elétrica* (fls. 4.163/4.238 do Processo n.º 097.001.389/2008 – CD TACOM – Parte I – Volume XVIII), atividades realizadas em conformidade com descritivo dos serviços de cabeamento, infraestrutura e equipamentos de TI estabelecidos no Termo de Referência.

34. Todavia, importante registrar que os documentos trazidos aos autos não apresentam os valores e custos unitários dos insumos necessários para atender os quantitativos estabelecidos para a implantação do SBE, não restando explicitado o quanto esses materiais (tubos, eletrocalhas, canaletas, curvas, caixas de passagem, etc.) impactaram no preço global contratado.

35. Em que pese a Unidade Técnica concluir que “(...) *não há elementos que ensejam modificar as sugestões constantes da instrução anterior*” (fl. 159), cumpre observar que não foram realizadas análises apuradas acerca dos custos unitários e valores que compuseram a Planilha de Cotação de Preços elaborada pelo Metrô/DF e, por consequência, prejudicado exame de compatibilidade do preço contratado com os praticados no mercado, em desacordo com as disposições da Lei n.º 8.666/96, sobretudo no artigo 40, inciso X, e no artigo 43, inciso IV, impedindo afirmar-se que não houve prejuízo na contratação em exame.

36. No mesmo sentido, impende repisar que o Órgão de Controle Interno, unidade que recomendou a instauração da presente TCE, não se manifestou acerca dos documentos e elementos ora carreados aos autos e, nesse sentido, considero prematuro afirmar que os preços praticados no Contrato n.º 01/2008 estavam compatíveis com o mercado e que a celebração do citado ajuste não representou prejuízos injustificados ao erário.

37. Em face do exposto, ainda que se reconheça que os esclarecimentos e documentos anexados aos autos indiquem que os preços praticados no Contrato n.º 01/2008 tiveram por base levantamentos e estudos realizados previamente pelo Metrô/DF, cujos quantitativos de equipamentos e materiais foram estimados e consolidados em planilhas padronizadas e uniformes, encaminhadas às empresas fornecedoras de sistemas de bilhetagem homologadas pela ST/DF, entendo que não foram apresentados, de forma clara e inequívoca, os custos unitários e valores que integraram o preço global praticado no ajuste em questão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

38. Nesse contexto, entendo imprescindível o encaminhamento dos autos ao Órgão de Controle Interno para as análises pertinentes e produção de Relatório/Certificado de Auditoria, devendo, posteriormente, o feito retornar ao Tribunal para exame dos resultados pela Unidade Técnica competente para verificar, aí sim, a regularidade da metodologia adotada, a adequação do procedimento de contratação e a compatibilidade dos valores praticados na Concorrência n.º 006/2008, objeto do Processo n.º 097.001.389/2008.

Da contratação da empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda. (Processo n.º 097.001.077/2009)

39. As análises inicialmente realizadas apontaram que a documentação alusiva à contratação de serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis do Metrô/DF, com fornecimento de material e equipamentos, bem como de serviços de recepção e copa, objeto do Edital de Concorrência n.º 02/2009, não se mostrava suficiente para comprovação dos quantitativos e custos unitários, razão pela qual este representante ministerial, nos termos do Parecer n.º 904/2014-DA (fls. 29/41), entendeu imprescindível o encaminhamento dos autos ao Órgão de Controle Interno para que aquela unidade se pronunciasse acerca da regularidade das pesquisas de preços efetuadas para confecção das planilhas de custos de referência adotadas pelo Metrô/DF, além de apurar a compatibilidade dos valores contratados junto à empresa **Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.** com o mercado, uma vez que tais apurações foram recomendadas no Relatório de Auditoria n.º 05/2012-DIMAT/CONIE/CONT/STC.

40. Todavia, em face da documentação trazida aos autos em atenção ao Ofício n.º 323/2014-MPC/PG (fl. 44), passo a examinar os elementos que constituem a cópia do Processo n.º 097.001.077/2009 (CD Dinâmica).

41. Preliminarmente, apesar de a Nota Técnica n.º 05/2014 não se referir ao Processo n.º 097.001.077/2009, verifica-se, na mídia eletrônica referente ao citado feito (fl. 46v), que o **item 4 – Das Obrigações da Contratada** do Termo de Referência estabelece caber à contratada “(...) *fornecer todos os equipamentos, materiais e produtos de limpeza, bem como Equipamentos de Proteção Individual nas quantidades suficientes e necessárias, com especificações adequadas, com qualidade e bom estado de conservação, conforme descrito no Anexo VI*” (fls. 04/09 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume I)

42. O citado **Anexo VI**, contempla Relação de Equipamentos e Utensílios de Limpeza e a Relação de Materiais de Limpeza (fls. 36/40 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume I) e as planilhas de composição de custo foram elaboradas com base nos valores homologados na Convenção Coletiva de Trabalho de 2009/2010 (fls. 46/62 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume I).

43. O Edital de Pregão Presencial n.º 02/2009-Metrô/DF, após a suspensão e ajustes decorrentes de questionamentos formulados por empresas interessadas no certame (fls. 313/375 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume I), foi retirado pelas empresas interessadas (**Embrasp; Newcon Construções e Terceirizações Ltda-ME; Lyon-Ex Serviços Terceirizados Ltda-ME; Mega JJ Asseio e Conservação**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Ltda.; Empresa Juiz de Fora de Serviços Gerais Ltda.; Manchester Serviços Ltda.; Construtora Artéc Ltda.; Extra Prestação de Serviços Ltda.; Trópicos Engenharia e Comércio Ltda.; Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transportes Ltda.; Planalto Service Ltda.; Interativa Dedetização, Higiene e Conservação Ltda.; Brasfort Administração e Serviços Ltda.; Guima Consecos Construção, Serviços e Comércio Ltda.; Ativa Conservação Limpeza Ltda.; Condor Consultoria e Administração Ltda.; Paulista Serviços e Transportes Ltda.; Agroservice; Coral Administração; e Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.), acompanhado dos seguintes documentos: *Termo de Referência - Limpeza e Conservação, Copa e Recepção; Parte I - Procedimentos de Limpeza e Planilhas de Preços; Parte II - Descrição dos Serviços Copeira e Recepcionista; Parte III - Medidas das Áreas; Parte IV - Equipe Diária; Parte V - Horários de Trabalho; Parte VI - Estimativa de Custo; Parte VII - Relação de Equipamentos e Utensílios; Anexo - II Planilha de Preços; Anexo III - Planilha de Composição de Preços; Anexo IV - Modelo de Declarações; Anexo V - Minuta de Contrato; e Anexo VI - Carta de Fiança* (fls. 107/207 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte II – Volume I e fls. 388/451 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte II – Volume II).

44. Apresentaram proposta de preços as empresas **Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.; Juiz de Fora de Serviços Gerais Ltda. e Manchester Serviços Ltda.** (fls. 513/545 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume III), preenchendo Planilha de Composição de Custos por categoria profissional (Auxiliar de Encarregado, Servente, Recepcionista e Copeiro), pré-formatada e uniforme elaborada pelo Metrô/DF, contemplando, além do salário dos profissionais, os encargos sociais envolvidos e os insumos (uniformes, vales alimentação e transporte, equipamentos, materiais, etc.), sagrando-se vencedora a empresa **Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.**, conforme ata acostada aos autos (fl. 597 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume III).

45. Os documentos carreados aos autos revelam que estudos e levantamentos preliminares foram realizados pelo Departamento de Administração do Metrô/DF, verificando-se os quantitativos de profissionais, materiais, equipamentos e utensílios de limpeza, além dos equipamentos de proteção individual, cabendo às empresas licitantes apresentar suas propostas de preços em Planilha de Composição de Custos padronizada, levando-se em consideração os salários das categorias profissionais envolvidas na prestação de serviços demandada e os valores dos insumos e encargos inerentes a contratos dessa natureza, presumindo-se que o fornecimento de todos os equipamentos, materiais e produtos de limpeza seria de responsabilidade das licitantes, com base em relação de insumos previamente definidos, em quantidades suficientes e necessárias e em conformidade com as especificações estabelecidas para atender a qualidade dos serviços de conservação indicadas no Termo de Referência.

46. Entretanto, ainda que a prática adotada na contratação de empresas prestadoras de serviços de conservação e limpeza seja feita apenas com a apresentação de relação dos materiais e utensílios necessários às atividades demandadas, conforme se pode verificar nas cópias dos contratos acostados aos autos¹, o certo é que se torna indispensável a apresentação

¹ **Contrato n.º 10/2013** – CNJ e empresa Planalto Service Ltda. (fls. 1.076/1.092 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume V); **Contrato n.º 42/2012** – CNJ e empresa



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

de pesquisa de preço competente e hábil para demonstrar que os valores propostos pelas licitantes interessadas no objeto contratual sejam compatíveis com os praticados pelo mercado, conforme previsto na Lei n.º 8.666/93.

47. Embora conste da documentação apresentada pela jurisdicionada os seguintes elementos: *Relação de Equipamentos e Utensílios de Limpeza* (fls. 788/789 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume IV); *Relação de Materiais de Limpeza* (fls. 790/791 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume IV); e *Relação de Equipamentos de Proteção Individual* (fl. 792 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume IV), todos contendo os valores, quantitativos e necessidades de reposição praticados no Contrato n.º 034/2009, entendendo que tais documentos não se prestam a comprovar a regularidade dos quantitativos e custos unitários exigidos na legislação de regência.

48. Nesse contexto, entendo necessário que o Órgão de Controle Interno também se manifeste acerca da regularidade dos procedimentos de contratação da empresa **Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.**, examinando a conformidade dos documentos ora acostados aos autos para verificar a compatibilidade dos quantitativos estimados e dos custos unitários praticados no Contrato n.º 034/2009-Metrô/DF (fls. 618/328 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte II – Volume III), elaborando, na sequência, competente Relatório/Certificado de Auditoria a ser posteriormente submetido à apreciação da Corte de Contas.

Da sindicância tratada no Processo n.º 097.001.456/2012

49. O processo em questão trata de sindicância instaurada pelo Metrô/DF, em atenção à recomendação emitida pelo Órgão de Controle Interno, para elucidação dos fatos e apuração de responsabilidades havidas na contratação da empresa **TACOM Projetos DE Bilhetagem Inteligente Ltda.** para implementação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

50. Conforme se verifica na Ata de Reunião da Comissão de Sindicância (fls. 146/147), referido processo foi arquivado, tendo em conta o Relatório Final da referida comissão sindicante (fls. 416/459 do Processo n.º 097.001.456/2012 – CD TACOM – Partes III e IV – Volume I), que não constatou falhas ou irregularidades na condução do procedimento de contratação nem dolo na conduta dos gestores responsáveis.

GVP Consultoria e Produção de Eventos Ltda-ME (fls. 1.093/1.098 do Processo n.º 097.001.077/2009 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume V); **Contrato n.º 44/2012** – Ministério da Justiça e empresa Real DP Serviços Gerais Ltda. (fls. 3.139/3.158 do Processo n.º 097.001.591/2010 – CD Contrato Dinâmica – Parte II – Volume V); **Contrato de Prestação de Serviços n.º 062/2010 e aditivos** – TJDF e empresa Dinâmica, Administração, Serviços e Obras Ltda. (fls. 2.997/3.053 do Processo n.º 097.001.591/2010 – CD Contrato Dinâmica – Parte II – Volume V); **Contrato n.º 0070/2012** – Senado Federal e Qualitécnica Empresa Nacional de Serviços Ltda. (fls. 3.269/3.315 do Processo n.º 097.001.591/2010 – CD Contrato Dinâmica – Parte I – Volume VI e fls. 3.264/3.268 do Processo n.º 097.001.591/2010 – CD Contrato Dinâmica – Parte III – Volume V); **Contrato n.º 45/2012** – Ministério da Justiça e empresa Zarcone Construções, Serviços e Transportes Ltda. (fls. 3.099/3.118 do Processo n.º 097.001.591/2010 – CD Contrato Dinâmica – Parte III – Volume V); e **Contrato de Prestação de Serviços n.º 020/2013-SEPLAN** – sem numeração do Processo n.º 410.000.630/2013 – CD Contrato Dinâmica – Parte III – Volume V).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

51. Assim, em face das análises ora realizadas e da documentação carreada aos autos, entendo desnecessário tecer maiores comentários acerca dos trabalhos levados a efeito no Processo n.º 097.001.456/2012, em face da proposta ora formulada de retorno dos autos ao Órgão de Controle Interno para as análises pertinentes à matéria.

52. Diante de todo o exposto, este representante do **Parquet** especializado, lamentando dissentir das análises e sugestões formuladas pela Unidade Técnica, proponho ao eg. Plenário que:

- I. tome conhecimento:
 - a) do Ofício n.º 323/2014-MPC/PG (fl. 44);
 - b) do Ofício n.º 457/2014-PRE e respectivos anexos (fls. 45/143), incluindo a Nota Técnica n.º 05/2014 (fls. 47/50); as cópias do Processo n.º 097.001.456/2012 (fls. 51/143); e as mídias eletrônicas referentes aos Processos n.º 097.001.389/2008 e n.º 097.001.077/2009, integrantes do envelope acostado aos autos (fl. 46v);
 - II. determine a remessa dos autos e do apenso à Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF para a elaboração do competente Relatório/Certificado de Auditoria quanto às Tomadas de Contas Especiais instauradas para apuração de eventuais prejuízos decorrentes da ausência de comprovação da regularidade dos quantitativos e custos unitários nos Processos n.º 097.001.389/2008 e n.º 097.001.077/2009;
 - III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.
- É o parecer.

Brasília, 15 de setembro de 2015.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador